

TENDENCIAS E PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DA OFERTA REGIONAL DE MÃO-DE-OBRA-1940/1980

Hélio Augusto de Moura (*)

APRESENTAÇÃO

Em seqüência aos estudos sobre "Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980" apresentam-se uma análise da evolução da oferta regional da mão-de-obra e uma projeção do seu crescimento até 1980.

Destinam-se a servir de suporte aos estudos sobre as possibilidades de absorção do fator trabalho pelos vários setores produtivos da economia nordestina até 1980.

Com êste objetivo, também se fizeram estimativas acêrca da parcela de força-de-trabalho regional atualmente afetada por problemas de desemprego e subemprego, tanto no setor urbano, como no das atividades agrícolas.

MEDIDA DE OFERTA DE MÃO-DE-OBRA

A oferta de mão-de-obra será definida no presente trabalho pelo número de pessoas com idades de 10 anos

e mais disponíveis para o mercado de trabalho regional num determinado período de tempo.

Se bem que economicamente incorreta, a noção de identificar o indivíduo com a unidade de mão-de-obra é estatisticamente inevitável (1). Ademais, quase sempre há, com relação às diversas fontes de informações disponíveis, divergências de conceitos quanto à oferta regional de trabalho, que provocam quase sempre distorções de nenhum modo desprezíveis.

Assim, as informações mais aproximadas da medida de oferta, disponíveis para os anos de 1950 e de 1960, são as propiciadas pelos Censos Demográficos dos referidos anos sobre *população economicamente ativa* (PEA).

Contudo, há divergências de conceitos entre a PEA de um e de outro desses levantamentos censitários. No Censo de 1950, a *população economicamente ativa* foi definida como sendo o contingente de todas as pessoas

* O autor é coordenador do grupo de "Estudos de Demografia e Urbanização" do ETENE (Núcleo Recife). Os conceitos e opiniões emitidas não refletem necessariamente pontos-de-vista do Banco do Nordeste do Brasil S. A.

(1) Sobre uma concisa discussão do assunto, veja-se documento interno do IPEA, "Aspectos Econômicos e Demográficos da Mão-de-Obra no Brasil (1940-1969) mimeo, set. 1969, págs. 9/13.

ocupadas, exclusive as que exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, sem considerar a ocupação suplementar ou outro ramo de atividade. Tal conceito subestima a oferta de trabalho face à exclusão do contingente de pessoas desocupadas e empregadas sob forma de trabalho não permanente.

Para 1960, as estimativas existentes, obtidas de amostra do Censo Demográfico desse ano, se baseiam em uma definição de *população economicamente ativa* ainda "... desconhecida oficialmente, pois apenas uma Sinopse Preliminar do Censo foi dada à publicação, sem entrar em detalhes de definição. O Núcleo de Planejamento Censitário do IBGE, já em 1959, entretanto, propunha a adoção da definição aprovada pelo VI COINS (Committee for Improvement of National Statistics) e largamente aceita pelo IASI (Interamerican Statistical Institute). A definição é a seguinte: 1) A *população economicamente ativa* compreende tôdas as pessoas que, na data ou período de referência adotado nacionalmente exerçam ou tenham exercido uma ocupação remunerada em dinheiro ou espécie;⁽²⁾ 2) exerçam ou tenham exercido uma ocupação, remunerada ou não, na produção de bens ou serviços de valor comercial em uma empresa explorada por membro de sua família; 3) tenham um emprêgo, ou seja, uma ocupação remunerada assegurada, que não este-

jam exercendo por circunstância transitória, como enfermidade ou acidente, conflito de trabalho, férias ou outro tipo de licença, ausência com permissão, interrupção de trabalho por causa de mal tempo ou avaria de maquinária; 4) procurem trabalho remunerado por se encontrarem disponíveis em virtude de contrato expirado ou suspenso temporariamente; ou por terem perdido a situação de empregador ou de trabalhador por conta própria, ou ainda, por nunca terem trabalhado; 5) não procuram trabalho, embora não tenham emprêgo, por terem obtido emprêgo que deve começar em data posterior ao período de referência adotado ou por padecerem de enfermidade benigna, ou por terem sido suspensos temporariamente do seu trabalho sem remuneração, por um período especificado ou não".⁽³⁾

Para 1970, só recentemente se divulgaram os resultados preliminares das tabulações avançadas do Censo. ⁽⁴⁾ Incluíram-se como pessoas economicamente ativas as de 10 anos e mais consideradas nos vários setores de atividade e em função da posição na ocupação habitual exercida: empregados, empregadores, autônomos e atividades não remuneradas (inclusive as pessoas que procuravam emprêgo pela primeira vez). No grupo não economicamente ativo foram considerados os estudantes, aposentados, pensionistas, detidos em cumprimento de pena e as pessoas que viviam de ren-

(2) Notar que *em espécie* não corresponde aqui à forma vernacular portuguesa de pagamento em dinheiro, mas sim à de pagamento em produto.

(3) "Programa do Recenseamento Geral de 1960: Profundidade do Censo Demográfico", Núcleo de Planejamento Censitário, IBGE, Doc. n° 4 (mimeo), fev. 1959, citado e transcrito de Manuel Augusto Costa, "Aspectos Demográficos da População Economicamente Ativa", Miniplan-IPEA, mimeo, nov. 1968, nota de pé-de-página n° 2, págs. 4/5.

(4) Esta versão do trabalho, feita após recente divulgação dos resultados preliminares do Censo Demográfico de 1970, corrige e substitui a versão anterior divulgada a nível restrito para discussão técnica e recebimento de sugestões que se baseiam em totais resultantes de estimativas efetuadas pelas equipes técnicas do BNB/ETENE e resultados oferecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Os resultados censitários indicaram ter havido superestimação de alguns daqueles valores totais admitidos.

da ou exerciam atividades domésticas não remuneradas.

Um outro ponto básico que cabe ser agora levantado prende-se à consideração do limite inferior de idades para enquadramento da população na categoria de *econômicamente ativa* ou integrante da *fôrça-de-trabalho*.⁽⁵⁾ Nos Censos, as pessoas integrantes da *população econômicamente ativa* são incluídas a partir da idade mínima de 10 anos, aparecendo nos de 1950 e 1960 grupadas segundo intervalos quinquenais de idades.

Em face do caráter fundamentalmente prospectivo de que se reveste este estudo, seria preferível poder eliminar dos cálculos as pessoas econômicamente ativas com idades inferiores a 14 ou 15 anos. Em primeiro lugar, vale mencionar que as pessoas incluídas nessa faixa marginal de idades ativas deverão ser objeto de preocupação de programas e projetos em execução ou em planejamento para o setor educacional da Região durante o próximo decênio. Além disso, importa considerar que as atividades econômicas exercidas por essas crianças se revestem, na maioria dos casos, de uma grande fluidez, que a experiência parece aconselhar seja desprezada quando da realização de estudos prospectivos, nos quais estejam implícitas comparações de caráter intertemporal. Como referem Bacci e Pilloton, "a parte la marginalità e la saltuarietá dell'occupazione di dette persone, che si risolve in un insignificante volume di

lavoro effettivamente prestato, appare opportuno richiamare che il numero degli occasionali tende, in genere, ad essere inversamente correlato al livello di sviluppo economico raggiunto dal paese che si considera; pertanto, l'eventuale inclusione degli occasionali nel numeratore dei rapporti in questione (taxas de atividade) puo costituire fonte di equivoco nella interpretazione della dinamica dei tassi di attività ogni quavolta ci si trovi ad esaminare processi di sviluppo economico molto intensi.⁽⁶⁾

Embora algo imprópria, a inclusão na medida da oferta de mão-de-obra das pessoas dessa faixa mais jovem de idades é, por questões de ordem prática, certamente inevitável.

EVOLUÇÃO DA FÔRÇA-DE-TRABALHO 1940/1970

Tendências de Crescimento

Consoante os elementos constantes da tabela I, a fôrça-de-trabalho regional totalizou, em 1970, cerca de 8,4 milhões de indivíduos, representando 30% de toda a população presente na área. Cresceu durante o período 1950/70 a um ritmo geométrico anual de 1,9%, bastante inferior, portanto, ao incremento de 2,3% ao registrado para a população total presente no Nordeste e as de 2,2% da população classificada em idades fisi-

(5) As expressões "População ocupada em atividade remunerada, pessoas ocupadas e fôrça-de-trabalho" são freqüentemente usadas como sinônimos de *população econômicamente ativa*. Empregam-se, ainda, as mesmas expressões em outro sentido correspondente aos conceitos de *pessoa ocupada* ou *fôrça-de-trabalho*. Cf. F. IBGE—CBED — *Dicionário Demográfico Multilíngue* — Versão Brasileira, 1969, Verbete 350 § 1, pág. 37. No presente trabalho serão consideradas doravante como sinônimas.

(6) M. Livi Bacci & F. Pilloton, *Popolazione e Forze di Lavoro delle Regioni Italiane al 1981* Associazione per lo Sviluppo dell'industria nel Mezzogiorno — SVIMEZ, Giuffrè Editore, Roma, 1968.

camente mais hábeis para o trabalho (15 anos e mais).⁽⁷⁾

O crescimento da oferta regional de trabalho foi mais durante a década dos cinquenta — quando se processou a um ritmo médio de 2,2% a.a., quase idêntico ao da população total — do que nos anos sessenta, período em que a taxa atingiu a apenas 1,6% contra 2,2% de crescimento demográfico total.

Esse maior incremento da oferta de mão-de-obra de 1950 a 1960 se apresentou fortemente ponderado pela elevada taxa de crescimento verificada quanto à força-de-trabalho feminina que nesse período, evoluiu a um ritmo de 5,3% a.a. É oportuno também notar que embora este ritmo de crescimento se tenha reduzido para uma média de 2,0% a.a. durante ... 1960/70 — quando foi inferior ao crescimento da própria população feminina não economicamente ativa — ainda assim foi bem superior ao registrado para a parcela da população masculina durante o decênio recém-findo.

Como se pode observar, a população masculina economicamente ativa vem crescendo desde 1950 à mesma

média anual de 1,6% que foi amplamente superada pelo incremento relativo ocorrido quer na respectiva parcela de população inativa média de 3% a.a., de 1950 a 1970 — quer na faixa representada para população masculina de 15 anos e mais.

Quanto ao maior dinamismo na oferta regional de trabalho feminino, cabe transcrever a observação feita por O'Brien em estudo no qual compara, a nível do País, dados censitários de 1960 com informações da pesquisa PNAD em 1968: "It seems reasonable to find increased participation of women in non-agricultural jobs as a natural outcome of the development process: increased urbanization leads to more jobs in the tertiary sector, particularly in commerce and services, that are suitable for women, as factory work is increasingly mechanized more jobs are created that women can perform, the urban middle class looks more favorably upon employment for married girls, increased education of women raises their eligibility for employment, etc..."⁽⁸⁾

O Nordeste nestes últimos vinte anos não deve ter ficado imune a essas transformações se bem que os re-

(7) Acresce mencionar que tôdas as taxas acima referidas podem estar ligeiramente subestimadas em face de uma divergência conceitual entre os Censos dos vários anos e do próprio Censo de 1970 segundo as publicações que esteja considerando. Nos Censos de 1950 e 1960 população *recenseada* corresponde à população *presente*. Na publicação do FIBGE "Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1970", cujos resultados aparecem totalizados a nível de regiões brasileiras, a população *recenseada* atinge a 28.136 milhares de pessoas, enquanto que o somatório das populações *recenseadas* nos Estados do Nordeste, divulgadas nas "Sinopses Preliminares do Censo Demográfico de 1970" atinge a 28.674 milhares de habitantes. Nas "Tabulações de 1970" a população *recenseada* corresponde à população *residente* e nas "Sinopses de 1970" corresponde à população *presente*. Comparando os dados sobre a população presente em 1970 fornecidas nas "Sinopses" com os dados sobre população presente em 1960, verifica-se que o crescimento geométrico da população regional durante o período 1960/70 foi de 2,5% a.a. Embora este ritmo de crescimento decorra da comparação feita com bases em critérios homogêneos e, ademais, pareça mais aceitável para refletir o real crescimento da população nordestina na década recém-finda a inexistência de maiores detalhes nas "Sinopses Estaduais" acerca da composição e estrutura etária, por sexo, e ocupacional da população nordestina determina que se façam comparações com os dados constantes das "Tabulações Avançadas". A ressalva, entretanto, fica feita.

(8) F. S. O'Brien, *The Brazilian Population and Labor Force in 1968*, IPEA, mimeo, Rio, 1969.

TABELA 1
NORDESTE
CONTIGENTES POPULACIONAIS E RESPECTIVAS TAXAS DE CRESCIMENTO
(Milhares de Pessoas)
1950/60/70

População	1. VII. 1950			1. IX. 1960			1. IX. 1970		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1. Econômicamente Ativa	4.859	832	5.692	5.714	1.390	7.105	6.674	1.688	8.362
2. Econômicamente Inativa	3.907	8.375	12.282	5.324	10.182	15.507	7.045	12.729	19.774
3. De 15 anos e Mais	4.817	5.287	10.105	5.971	6.594	12.565	7.403	8.131	15.534
4. Total Presente	8.766	9.207	17.973	11.039	11.573	22.611	13.719	14.417	28.136

	TAXAS DE CRESCIMENTO (%a.a.)								
	1950/60			1960/70			1950/70		
1. Econômicamente Ativa	1,6	5,3	2,2	1,6	2,0	1,6	1,6	3,6	1,9
2. Econômicamente Inativa	3,1	2,0	2,4	2,8	2,3	2,5	3,0	2,1	2,4
3. De 15 anos e Mais	2,2	2,2	2,2	2,2	2,1	2,1	2,2	2,2	2,2
4. Total Presente	2,3	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3

Fonte dos dados originais: F. IBGE — Censos Demográficos.

sultados censitários tenham vindo a mostrar que o ritmo dessa absorção se mostrou muito mais lento do que os resultados PNAD indicaram a princípio. É bem verdade que os dados da pesquisa PNAD mostravam também que boa parte daquele impressionante crescimento se relacionava com a população feminina economicamente ativa engajada no setor primário. Também no seu estudo já referido, O'Brien observava que a grande parte do acréscimo na oferta de trabalho feminino se devia a mulheres que exerciam atividades agrícolas não-remuneradas, a qual, no sul do País, havia crescido entre 1960 e 1968 "... by 275 percent when the female rural population of the region was growing by only 30 percent".⁽⁹⁾ Para todo o País, a parcela de força-de-trabalho feminino exercendo atividades agrícolas não remuneradas se elevou de uns ... 58%, em 1960, para 72%, em 1968. Com base em observações e comparações indiretas, esse autor concluiu que "... this change can only be attributed to a different definition of the agricultural labor force applied in 1968 (na pesquisa PNAD)", embora ressalve, após proceder a algumas tentativas de retificação das taxas de crescimento e de atividade da força-de-trabalho feminina remunerada, que "... it cannot be denied that the female labor force is growing rapidly and that the major part of this growth is not spurious".⁽¹⁰⁾

Análise Setorial

Observa-se-á agora a evolução da força-de-trabalho regional segundo os diversos setores da atividade econômica (tabelas 2 a 4). Isto poderá servir para esclarecer algo sobre as tendências anteriormente referidas.

Na realidade, embora representativos da oferta de mão-de-obra, os dados disponíveis para esse tipo de representação não conseguem afastar da sua medida certos ingredientes da procura de trabalho, os quais, pelo menos indiretamente, neles se acham refletidos.

Consoante se pode verificar na tabela 4, registraram-se no período .. 1950/70 crescimentos geométricos anuais de 1,1%, 3,9% e 3,7% com relação aos contingentes da força-de-trabalho ligados aos setores primário, secundário e terciário, respectivamente. Nesse mesmo período, a população total presente nos quadros rurais da Região cresceu a uma taxa semelhante à da população economicamente ativa do setor primário, enquanto que o contingente urbano cresceu a um ritmo anual de 4,6%, bem mais rápido portanto que o da força-de-trabalho ocupada em atividades não agrícolas.

A comparação dessas taxas dá idéia, assim de agravamento do problema do emprego da mão-de-obra, o qual, em face do processo das migrações internas repercute com grande intensidade no meio urbano regional.

Com relação ao crescimento da mão-de-obra ligada ao setor primário releva notar o aumento relativo na parcela de mulheres que passou a se integrar a essas atividades. Esse contingente cresceu no período 1950/70 a um ritmo médio anual de mais de quatro vezes em relação ao da força-de-trabalho masculina que passou a se radicar no setor. Tal ocorrência também pode estar em grande parte ligada ao fenômeno das migrações inter-regionais e campo-cidade, nas quais incide mais fortemente o contingente

⁽⁹⁾ F. S. O'Brien, *The Brazilian Population and Labor Force in 1968*, IPEA, mimeo Rio, 1969 — Pág. 11.

⁽¹⁰⁾ Idem, *ibidem*.

TABELA 2
NORDESTE
POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA SEGUNDO SEXOS E SETORES ECONÔMICOS
(Milhares de Pessoas)
1950/60,70

Setores e Sub-Setores	1950			1960 (7)			1970 (8)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
I. Primário	3.840	317	4.157	4.335	635	4.970	4.544	614	5.158
Atividades Agropecuárias (1)	3.730	298	4.028	4.170	579	4.749
Atividades Extrativas (2)	110	18	129	165	56	220
II. Secundário (3)	333	89	423	367	175	542	762	142	904
III. Terciário	686	426	1.112	1.012	581	1.593	1.368	932	2.300
Comércio de Mercadorias	226	22	248	291	38	330	461	94	555
Prestação de Serviços	172	251	423	257	402	659	188	526	713
Transportes, Comunicações e Armazenagens	130	5	135	195	12	207	220	3	227
Atividades Sociais (4)	36	46	82	—	92	204	296
Administração Pública (5)	87	9	96	—	200	38	238
Outras Atividades (6)	34	94	128	—	207	63	270
IV. Total	4.859	832	5.692	5.714	1.390	7.105	6.674	1.688	8.362

Fonte: IBGE — Censo Demográfico, 1950/60,70.

Notas: (1) Inclusive silvicultura, caça e pesca; (2) — Para 1970, exclusive atividade extrativa mineral que foi incluída no setor secundário; (3) — Indústrias de transformação, construção, produção e distribuição de energia elétrica e gás, abastecimento d'água e serviços de esgoto e, em 1970, indústria extrativa mineral; (4) — Ensino, assistência médico-hospitalar, previdência social, etc.; (5) — Serviços administrativos governamentais, legislativo, justiça, defesa nacional e segurança pública; (6) — Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito seguros e capitalização, profissões liberais, etc. e, em 1970 pessoas que procuravam emprego pela primeira vez; (7) A falta de informações a nível de subsetores para todo o Nordeste, aplicaram-se nos totais atinentes aos três setores os percentuais de participação de cada sub-setor em relação aos respectivos setores com base em informações que estão disponíveis para o conjunto de sete Estados nordestinos (exclusive Bahia e Sergipe); (8) — Distribuíram-se proporcionalmente segundo sexo e setores de atividades 8.605 pessoas que não declaram sua posição na ocupação.

TABELA 3
POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA SEGUNDO SEXOS E SETORES ECONÔMICOS
 (% S/Total)
 1950/1960/1970

Setores e Sub-Setores(*)	1950			1960			1970		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
I. Primário	79,0	38,0	73,1	75,9	45,6	69,9	68,1	36,4	61,7
— Atividades Agropecuárias	76,7	35,8	70,8	73,0	41,6	66,8
— Atividades Extrativas	2,3	2,2	2,2	2,9	4,0	3,1
II. Secundário	6,9	10,8	7,4	6,4	12,6	7,7	11,4	8,4	10,8
III. Terciário	14,1	51,2	19,5	17,7	41,8	22,4	20,5	55,2	27,5
— Comércio de Mercadorias	4,7	2,6	4,4	5,1	2,7	4,6	6,9	5,6	6,7
— Prestação de Serviços	3,5	30,2	7,4	4,5	28,9	9,3	2,8	31,1	8,6
— Transportes, Comunicações e Armazenagens	2,7	0,6	2,4	3,4	0,8	2,9	3,3	0,5	2,7
— Atividades Sociais	0,7	5,5	1,4	1,4	12,1	3,5
— Administração Pública	1,8	1,0	1,7	3,0	2,2	2,8
— Outras Atividades	0,7	11,3	2,2	3,1	3,7	3,2
IV. Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados originais: F. IBGE — Censo Demográfico, 1950/1960/1970.

(*) — Para conhecimento das atividades abrangidas nos setores e sub-setores vide notas à Tabela 2.

TABELA 4
NORDESTE
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA SEGUNDO SEXOS E SETORES ECONÔMICOS
1950/60/70
(Em % a.a.)

Setores e Sub-Setores (*)	1950/60			1960/70			1950/70		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
I. Primário	1,2	7,2	1,8	0,5	-0,4	0,4	0,8	3,4	1,1
— Atividades Agropecuárias	1,1	6,9	1,7
— Atividades Extrativas	4,1	11,6	5,5
II. Secundário	1,0	6,9	2,5	7,6	-2,1	5,2	4,2	2,3	3,9
III. Terciário	4,0	3,1	3,7	3,1	4,8	3,7	3,5	4,0	3,7
— Comércio de Mercadorias	2,6	5,7	2,9	4,7	9,4	5,4	3,6	7,5	4,1
— Prestação de Serviços	4,1	4,8	4,5	-3,1	2,7	0,8	0,4	3,8	2,6
— Transportes, Comunicações e Armazenagens	4,2	9,5	4,4	1,2	-3,9	0,9	2,7	2,6	2,6
— Atividades Sociais	4,8	7,7	6,6
— Administração Pública	4,2	7,7	4,6
— Outras	9,4	-2,0	3,8
IV. Total	1,6	5,3	2,2	1,6	2,0	1,6	1,6	3,6	1,9

Fonte dos dados originais: F.IBGE — Censo Demográfico.

(*) — Para conhecimento das atividades abrangidas nos setores e sub-setores, vide notas à Tabela 2. 1950/70

masculino representado por pessoas fisicamente hábeis para o trabalho e que buscam melhores oportunidades de emprêgo nos quadros urbanos. As informações disponíveis nos Censos Demográficos revelam, por exemplo, que decresceu de 44% em 1950 para 37% em 1960 e para 36% em 1970 a participação da população adulta masculina (15 anos e mais) em relação ao total de mulheres e crianças radicadas nos quadros rurais da Região. É oportuno registrar também que o fato de êsse percentual se ter reduzido tão pouco entre 1960 e 1970 pode ser devido à inexistência de uma grande seca durante êsse intervalo censitário o que, em termos líquidos, deve ter contribuído para radicar um pouco mais no quadro rural a população adulta masculina. Complementam-se essas especulações com a observação de haver decrescido entre 1960 e 1970 o contingente da força-de-trabalho feminina ligada ao setor primário.

Um outro ponto que cabe mencionar com respeito à mão-de-obra ligada às atividades primárias refere-se à abertura espontânea a partir do início dos anos cinquenta de áreas novas de penetração e de povoamento no interior maranhense. Isto também deve explicar o substancial incremento na força-de-trabalho ligada às atividades extrativas, sobretudo às de origem vegetal, durante êsse sub-período. Note-se, a propósito, que corresponde a 30% a parcela de todo o incremento absoluto ocorrido entre os anos de 1950 e 1960 na mão-de-obra nordestina ligada às atividades primárias que foi absorvida pelo setor respectivo da economia maranhense.⁽¹¹⁾

O setor secundário que, em termos relativos aos dois outros grandes seto-

res de atividade econômica, constituiu entre 1950 e 1970 a fonte de emprêgo relativamente mais dinâmica na Região, também foi aquêle no qual ocorreu o ritmo mais elevado de crescimento com relação à parcela masculina da população economicamente ativa. Contudo, tendências bem distintas se manifestaram em cada uma das metades do mencionado período. Na primeira delas, que corresponde aos anos cinquenta, o emprêgo industrial masculino cresceu muito lentamente (1% a.a.) em termos comparativos ao feminino (6,9% a.a.); no decênio seguinte i.é., 1960/1970, o incremento relacionado com o contingente masculino atingiu a 7,6% a.a., enquanto que o do feminino se mostrou negativo (-2,1% a.a.).

Não estão disponíveis elementos que permitam apontar com precisão os fatores que determinaram o elevado incremento no ritmo de utilização industrial da mão-de-obra feminina entre 1950 e 1960. Entretanto, de modo genérico, convém apontar a já comentada maior liberação da mulher para exercer atividades econômicas — por razões, inclusive, de ordem cultural — bem como o próprio fato de ser essa uma mão-de-obra relativamente mais barata. Quanto ao decênio dos sessenta, é possível que o processo de modernização havido no parque têxtil regional tenha sido responsável por substancial redução no volume de utilização de mão-de-obra menos especializada, o que teria reduzido o emprêgo industrial feminino.

Ainda no terreno da especulação, é possível admitir que o ritmo bastante dinâmico durante os anos sessenta quanto ao crescimento da força-de-trabalho masculina ligada ao setor

(11) Entre 1950 e 1960, o incremento absoluto na população economicamente ativa ligada às atividades agrícolas e extrativas maranhenses foi da ordem de 242 mil pessoas. Veja-se, a propósito, Introdução Econômica ao Relatório do BNB — 1968, Tabela 12, pág. 28.

secundário possa ser, pelo menos em parte, atribuído aos estímulos propiciados pelo Governo, direta e indiretamente, à indústria de construção civil, setor que, como se sabe, é altamente intensivo na utilização da mão-de-obra e que, por sua própria natureza, é refratário ao trabalho feminino.

Um outro ponto a considerar com relação à década é de que nela começou a se consubstanciar certo processo visando à industrialização regional que, a despeito da redução tecnológica quanto à absorção de mão-de-obra (geralmente reconhecida quanto a esse processo altamente *capital-intensivo*) parece ter propiciado, de qualquer modo, significativo impacto em relação ao volume de emprêgo industrial nordestino.

No que toca ao setor terciário, a parcela de mão-de-obra a êle ligada cresceu a um ritmo só ligeiramente inferior ao do setor secundário e com taxa mais acentuada no que toca à absorção de trabalho feminino. Detalhando a nível das principais atividades que compõe o setor, verifica-se que os ritmos de crescimento mais dinâmicos das respectivas parcelas da população economicamente ativa ocorreram com relação às atividades sociais (6,6% a.a.), de administração pública (4,6% a.a.) e comércio de mercadoria (4,1% a.a.). Em tôdas elas o crescimento da mão-de-obra foi mais acentuado com relação à parcela feminina do que à masculina.

Causa espécie que os dados censitários estejam a refletir taxas tão reduzidas de incremento na força-de-trabalho — sobretudo na masculina — ligada ao sub-setor da prestação de serviços. Como se sabe, êste, juntamente com o comércio de mercadorias e, notadamente com a administração pública, constitui geralmente os conjuntos mais importantes de ativi-

dades a exercerem um “efeito compensador” sôbre os deprimidos mercados de trabalho de regiões ou países menos desenvolvidos. Segundo os dados censitários, registraram-se, inclusive, reduções na força-de-trabalho masculina radicada na prestação de serviços entre os anos extremos da década dos sessenta. Se bem que êste resultado possa estar afetado pelas estimativas feitas para 1960 com relação à distribuição da força-de-trabalho segundo os sub-setores de atividade terciária⁽¹²⁾, fica assim mesmo feito o registro, mormente em se considerando as baixas taxas resultantes das comparações entre 1950 e 1970.

Não obstante, é oportuno ressaltar que na prestação de serviços ainda se radicara em 1970 pouco menos de uma terça parte de tôda a força-de-trabalho ligada a atividades terciárias. Dêste total, as atividades do comércio de mercadorias participaram com uma quarta parte e as da administração pública com cêrca de 10%.

Dos diferentes ritmos de crescimento da força-de-trabalho de ambos os sexos ligada aos vários setores da atividade econômica, resulta claro na tabela 3 a tendência à diminuição relativa da parcela ocupada em atividades agrícolas e extrativas, que teria caído de 73% em 1950, para 70% em 1960 e, para 62%, em 1970.

Quanto ao setor secundário, nota-se que entre 1950 e 1960 permaneceu praticamente constante, provendo entre 7 a 8% da ocupação existente. Em 1970 êsse percentual se apresentou elevado para 11%. O setor terciário absorveu mão-de-obra nas proporções de 20%, 23% e 28% em cada um dos anos extremos das duas décadas sob comentário.

No referido comportamento vale também distinguir as diferenças obser-

(12) Vide nota 7 à Tabela 2.

vadas com relação à população economicamente ativa quando classificada segundo os sexos.

De modo geral, para a força-de-trabalho masculina, o setor primário decaiu de importância relativa como fonte de emprego, crescendo as participações do secundário — exceto na década dos cinquenta — e do terciário.

Para a parcela feminina, notou-se entre 1950 e 1960 um aumento (de 38% para 46%) na participação do setor primário como fonte de emprego, seguido de um decréscimo até o fim dos anos sessenta (36% em 1970). Tendência idêntica, embora a níveis percentuais mais elevados — 51% em 1950, 42% em 1960 e 55% em 1970 — também se registrou com relação ao setor terciário. Quanto à participação do emprego industrial, cresceu de 11% para 13% entre os anos extremos 1950 e 1960, caindo para 8% em 1970.

Convém comparar os elementos da tabela 4 atinentes ao Nordeste com os da tabela 5 relativos a vários países, inclusive o Brasil, pois, como assinala o estudo já referido do IPEA, "... a participação percentual da mão-de-obra nos diversos setores econômicos de uma nação tem constituído instrumento de diagnóstico sobre estágio de desenvolvimento do País [Região]. (13) E adianta, com o argumento de Collin Clark" ... de que a mão-de-obra agrícola, nas fases iniciais de evolução econômica, constitui reserva que a nação dispõe para estágios subsequentes de desenvolvimento, quando ganhos sensíveis na renda per capita decorrem da evolução das atividades secundárias industriais e terciárias de suporte... Trata-se de fenômeno efetivamente universal, com o crescimento da renda per capita, que a propor-

ção ocupacional na atividade agrícola caia, em benefício das atividades industriais e de serviços. Ao que tudo indica, industrialização e urbanização a níveis elevados de renda pessoal drenam um excedente de mão-de-obra aplicado em lides agrícolas, causando, numa primeira fase, o desequilíbrio urbano entre oferta e procura de trabalho... Dos ajustamentos subsequentes a experiência internacional torna apenas claro não haver uma emigração líquida das cidades para o campo. Os setores secundários e terciário, aparentemente, trocam entre si os excedentes humanos... Das trocas subsequentes, é apenas possível concluir por observação da composição estrutural de países desenvolvidos que o setor terciário aumenta relativamente sua capacidade de absorção para prover os serviços de suporte para atividades industriais, as quais, dependendo do nível de capitalização, empregarão um terço ou pouco menos dos contingentes ativos do País.(14)

As comparações parecem revelar ser a estrutura ocupacional nordestina atípica com as dos países estrangeiros considerados em diferentes anos das últimas três décadas. Nota-se, por exemplo, que a participação do setor industrial no caso nordestino é, em 1970, muito pouco expressiva em relação à estrutura observada no passado para países que apresentavam significativa parcela de população empregada na agricultura, ou para países que apresentam ou apresentaram percentual de população economicamente ativa ocupada em atividades terciárias aproximada da do Nordeste atual. Reconhece-se que as informações talvez não sejam suficientes para extrair conclusões mais seguras. De qualquer modo, elas parecem deixar entrever, por um lado, a pouca participação do

(13) IPEA, *op. cit.* págs. 45/46.

(14) IPEA, *op. cit.*, págs. 45/46.

TABELA 5

POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA DE DIFERENTES PAÍSES POR SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM DIVERSOS ANOS

Países e Anos	Limite inferior de idade da PEA	Distribuição percentual do PEA p/Setores			
		Total	Primário	Secundário	Terciário(*)
ARGENTINA					
1947	14	100,0	25,6	27,9	46,5
1960	14	100,0	19,8	31,9	48,3
BRASIL					
Homens					
1940	10	100,0	65,9	10,3	24,8
1950	10	100,0	59,9	13,7	27,4
1960	10	100,0	53,7	13,1	33,2
1970	10	100,0	44,2	17,8	38,0
Mulheres					
1940	14	100,0	27,1	14,5	58,4
1950	14	100,0	30,2	15,6	54,2
1960	14	100,0	30,0	12,7	57,3
Total					
1940	14	100,0	64,0	10,1	25,9
1950	14	100,0	59,9	13,7	26,4
1960	14	100,0	53,7	13,1	33,2
CHILE					
1940	n.d.	100,0	41,1	24,7	34,2
1960	12	100,0	31,5	24,5	44,0
EQUADOR					
1950	12	100,0	49,8	26,2	24,0
1962	12	100,0	56,8	17,5	25,7
ESTADOS UNIDOS					
1940	n.d.	100,0	19,7	31,2	49,1
1960	14	100,0	7,5	34,0	58,5
FRANÇA					
1946	n.d.	100,0	38,2	28,0	33,8
1962	15	100,0	21,4	36,1	42,5
JAPÃO					
1950	14	100,0	50,0	22,2	27,8
1960	15	100,0	33,8	28,5	37,7
MÉXICO					
1940	12	100,0	67,0	11,3	21,7
1960	12	100,0	55,3	17,8	26,9
VENEZUELA					
1940	n.d.	100,0	53,1	16,7	30,2
1960	10	100,0	34,1	18,6	47,3

Fontes: Informações sobre o Brasil: F. IBGE-Censos Demográficos. Informações sobre os países estrangeiros: Nações Unidas, Demographic Yearbook, 1949-50, 1956 e 1964, referidos p/Luis Unikel e Frederico Torres, "La Poblacion Econômicamente Activa en Mexico y sus principales ciudades, 1940-60", Rev. Demografia y Economia, vol. IV, n.º 1, 1970, El Colegio de Mexico, pag. 5.

Obs. (*) Ao contrário do que consta na fonte acima, incluíram-se no setor terciário dos países estrangeiros os percentuais atinentes a "outras atividades".

setor industrial da Região como fonte de emprêgo, por outro, a desproporção que em relação ao mesmo assumem as atividades terciárias, a despeito da baixa taxa de crescimento da população economicamente ativa a ela ligada. De qualquer modo, a atual estrutura ocupacional nordestina parece mais aparentada com estruturas que teriam prevalecido no México em um ponto ou pontos intermediários do período 1940 a 1960. Assim mesmo, as estruturas mexicanas assumiriam em relação à do Nordeste posição mais equilibrada quanto à ocupação provida pelos dois setores em comentário.

Comparada a nível do País, a estrutura ocupacional nordestina de 1970 se assemelha de certa forma à brasileira de 1950, embora, já naquele ano, o País como um todo apresentasse proporção maior de sua força-de-trabalho ocupada em atividades industriais.

Taxas de Atividade e Estrutura da Força-de-Trabalho

A análise das tendências de comportamento da oferta regional de trabalho pode ser feita com mais propriedade mediante a observação das respectivas taxas de atividade. Este é um conceito amplamente utilizado na análise demográfica e econômica segundo definições que apresentam diferenças de caráter marginal.

Entende-se por taxa geral de atividade (TGA) de uma população o coeficiente de participação da sua força-de-trabalho sobre a população total. Esta relação, por sua vez, pode ser especificada segundo classes de idades e sexos e as taxas de atividade assim apresentadas "... assumono il significato di propensione manifestata da una certa categoria di persone a ritenersi disponibile per lo svolgimen-

to di un attività produttiva, indipendentemente dal fatto a che tale attività venga effettivamente svolta" (15)

Os elementos constantes da tabela 6 indicam que entre os anos extremos do período observado (1950/70) a taxa geral de atividade nordestina decresceu de 31,7% para 29,7%. Tal decréscimo se registrou durante a segunda metade da série, isto é, nos anos sessenta — pois, na primeira, a T.G.A. nordestina se manteve inalterada.

Se observada segundo os sexos, revela notar que a T.G.A. atinente ao contingente masculino decresceu em ambas as décadas observadas e, com maior intensidade, na mais recente delas. De 55,4%, em 1950, passou a 53,2% em 1960 e a 48,6% em 1970. No decênio dos cinquenta, o oposto ocorreu com relação à T.G.A. do contingente feminino, que se elevou de 9% para quase 12% entre os anos extremos do referido período. Na década dos sessenta esta relação praticamente continuou no mesmo nível.

É oportuno referir que a taxa geral de atividade, sendo uma medida bruta, é afetada pela estrutura etária prevalecente em uma e outra populações observadas. Uma comparação rigorosa exigiria que se padronizassem as taxas gerais de atividades atinentes a cada contingente observado segundo uma estrutura etária tomada como modelo. No caso nordestino, seria ocioso efetuar tais ajustamentos em vista de as variações nessa estrutura não serem tão substanciais para invalidar os resultados obtidos diretamente, os quais, além disso, se destinam apenas a servir de indicadores gerais de tendência.

Infelizmente não se acham disponíveis informações censitárias de 1970 que permitam calcular as taxas especí-

(15) M. Livi Bacci e F. Pilloton, *op. cit.*, pág. 76.

TABELA 6
NORDESTE
TAXAS DE ATIVIDADE DA FÔRÇA-DE-TRABALHO SEGUNDO SEXOS E GRUPOS ETÁRIOS
 (Em percentagens)
 1950/60/70

Grupos Etários	1950	1960	1970(*)
I Homens			
10-14	36,7	29,5	{37,8
15-19	81,1	73,2	—
20-24	93,5	91,1	91,1
25-29	96,4	94,7	94,7
30-39	97,2	96,1	96,1
40-49	96,9	95,5	95,5
50-59	95,1	92,5	92,5
60-69	89,4	84,5	84,5
70 e mais	65,7	61,6	60,0
T.G.A.	55,4	53,2	48,6
II. Mulheres			
10-14	7,0	8,2	
15-19	17,5	20,8	{13,8
20-24	15,1	21,7	21,7
25-29	11,6	19,3	19,3
30-39	10,3	17,9	17,9
40-49	10,7	19,7	19,7
50-59	10,6	18,8	18,8
60-69	9,4	16,8	16,8
70 e mais	5,5	10,5	10,0
T.G.A.	9,0	11,9	11,7
III. Homens e Mulheres			
10-14	21,4	18,7	{25,3
15-19	47,5	45,4	
20-24	50,8	53,2	53,7
25-29	51,4	53,2	54,3
30-39	52,5	54,8	54,3
40-49	53,8	58,1	56,8
50-59	52,8	55,9	56,1
60-69	48,3	51,1	51,4
70 e mais	30,3	34,3	30,8
T.G.A.	31,7	31,7	29,7

Fonte dos dados originais: F. IBGE — Censos Demográficos.

(*) Estimativa no que toca às taxas específicas de atividade (sôbre suposições adotadas, ver texto).

lias de atividade da população nordestina nesse ano mais recente.

Com vistas a possibilitar uma idéia da distribuição da população economicamente ativa em 1970, segundo sexos e idades, optou-se em estimá-la levando em conta a observação das variações havidas nas taxas gerais de atividade atinentes a cada sexo, e existência de variações pouco expressivas na estrutura etária da população presente entre 1960 e 1970 como também, o conhecimento de certos padrões universalmente reconhecidos com relação às taxas específicas de atividade.

A suposição básica foi a de terem prevalecido em 1970 as mesmas taxas de atividade de 1960 específicas a cada um dos grupos etários de 20 a 60 anos de idade da população de cada sexo. Foram reduzidas, em seguida, um tanto arbitrariamente, para 60% e 10% as taxas de atividade atinentes aos grupos etários de 70 e mais anos de idade. Desde que este último contingente representa pouco sobre o total da força-de-trabalho imputaram-se as faixas de pessoas economicamente ativas em 10 a 20 anos de idades as maiores alterações entre 1960 e 1970 quanto à participação no contingente da população presente.

A hipótese formulada não está destituída de certa dose de realismo. Como se pode verificar na própria tabela 6 com relação ao contingente masculino, embora a redução de tôdas as taxas específicas de atividade entre 1950 e 1960 possa estar afetada por condições adversas quanto à procura de mão-de-obra, as reduções proporcionalmente maiores ocorreram exatamente com relação aos conjuntos de pessoas enquadradas em grupos etários marginais ao do período que se considera geralmente como sendo de atividade produtiva plena (15 aos 60 anos).

Essa tendência é perfeitamente coerente. Por um lado, deve estar refletindo, com o passar do tempo maiores oportunidades de acesso à educação propiciadas às camadas mais jovens da população, postergando-lhes o período de ingresso em atividades produtivas propriamente ditas. Por outro, deve-se relacionar com o desenvolvimento do próprio sistema previdenciário do País e, por extensão, da Região, permitindo mais facilmente a aposentadoria da população trabalhadora e o retiro da força-de-trabalho em idades mais jovens. Se bem que não sejam os únicos, também o processo de urbanização que experimentou a Região nesse período e o aumento na esperança de vida de sua população devem ser compreendidos como fatores associados a essas modificações.

Admitiu-se assim, em relação ao contingente masculino, que em 1970 se teriam tornado um pouco mais abruptos os hiatos entre as taxas específicas de atividades dos referidos grupos de pessoas jovens e velhas e as da população entre 20 a 60 anos de idade. Esta continuaria apresentando as mesmas taxas verificadas no ano de 1960, com as mesmas suaves diferenças segundo os vários grupos etários que constituem o conjunto.

Quanto à população feminina, por razões supostas que já foram mencionadas, apresentaram incremento nas suas taxas específicas de atividade atinentes aos anos extremos 1950 e 1960.

O padrão dessas taxas em cada um dos mencionados anos também é razoavelmente definido. Verifica-se, tanto em 1950 como em 1960, a existência, se bem que discreta, de dois máximos que conferem a esse padrão a forma de duas ondas. O primeiro desses máximos ocorre logo nos primeiros intervalos etários — 15/19 anos em 1950 e 20/24 anos em 1960 — e o

segundo por volta dos 40/49 anos. Isto deve refletir, sobretudo, um fenômeno inteiramente ligado à nupcialidade e que consiste no fato de as mulheres participarem de atividades econômicas até a época do casamento, retirando-se em seguida para retornarem e se reincorporarem à população ativa passados alguns anos, não raro após o nascimento dos filhos. Menciona-se incidentalmente, que a ocorrência mais tardia em 1960 do primeiro dêsse máximos pode estar indicando ter havido na década dos cinquenta uma tendência às mulheres contraírem núpcias em idades cada vez menos jovens. Não foi possível, entretanto, considerar essa tendência quando da adoção do elenco de taxas específicas de atividades supostas para a população feminina regional em 1970.

A tabela 7 apresenta os dados disponíveis e estimativas acêrca da estrutura etária da fôrça-de-trabalho regional discriminada segundo sexos.

As informações atestam a sua extrema "juventude" visto que aproximadamente metade dela é representada por pessoas com menos de 30 anos de idade.

Entretanto, também se pode notar uma certa diminuição nessa intensidade de pessoas jovens. Por exemplo, as pessoas ativas com menos de 30 anos, que chegaram a representar 53% do total da PEA de 1950, tiveram sua participação diminuída para 49% em 1960. Se observada a nível de uma faixa etária ainda mais estreita verifica-se que a que abrange menores de 20 anos de idade caiu de 25% da PEA total em 1950 para 23% em 1960.

Por seu turno, em cada um dêsse anos se elevou a participação das pessoas ativas com idades iguais ou superiores a 60 anos. 6,0% em 1950 e 7,5% em 1960.

Finaliza-se observando que a constatação geral é válida para ambos os sexos, embora quase sempre a participação de pessoas relativamente mais jovens sôbre o respectivo total seja maior com relação ao contingente feminino.

Níveis de Emprêgo

Neste item faz-se uma tentativa no sentido de estimar a extensão do desemprego prevalecente na Região. As informações utilizadas para isso são os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as únicas que para êsse objetivo se acham disponíveis.

As informações propiciadas pelo PNAD são mais detalhadas a nível das atividades não-agrícolas que, por isso, merecerão maior ênfase nesta tentativa. Tais atividades corresponderiam àquelas típicas ao setor urbano se não incluíssem também as atividades extrativas vegetal e mineral e a caça e a pesca. Na prática, essas diferenças quase desaparecem em face do reduzido percentual de fôrça-de-trabalho que é empregado por tais setores específicos podendo-se, portanto, considerar as atividades não agrícolas como representativas do conjunto das atividades urbanas.

Na pesquisa PNAD são divulgadas informações sôbre níveis de *desemprego* aberto, isto é, sôbre o número de pessoas que declararam não se acharem trabalhando, que não tinham emprêgo regular do qual estivessem afastadas temporariamente (por férias, licença, greve, mau tempo, etc...) e, ainda, que tinham feito esforços positivos para conseguir emprêgo nos dois últimos meses.

Com base nessas informações, chegou-se, para o Nordeste, a uma taxa

TABELA 7
NORDESTE
ESTRUTURA ETÁRIA E POR SEXO DA FÔRÇA-DE-TRABALHO
1950/60/70

Grupos Etários	Números Absolutos (1.000 Pessoas)			% s/Total		
	1950	1960	1970(*)	1950	1960	1970
I. Homens						
10-14	420,3	429,8	{1.214,1	8,7	7,5	{18,2
15-19	711,4	823,8		14,6	14,5	
20-24	709,0	797,0	1.038,5	14,6	13,9	15,6
25-29	620,5	635,9	812,4	12,8	11,2	12,2
30-39	977,7	1.137,7	1.299,4	20,1	19,9	19,4
40-49	692,0	897,5	1.037,1	14,2	15,7	15,5
50-59	426,6	549,8	726,7	8,8	9,6	10,9
60-69	223,0	313,6	386,8	4,6	5,4	5,8
70 e mais	78,7	129,3	158,8	1,6	2,3	2,4
Total	4.859,3	5.714,4	6.673,9	100,0	100,0	100,0
II. Mulheres						
10-14	90,0	120,7	{458,2	10,9	8,7	{27,1
15-19	192,8	265,1		23,2	19,0	
20-24	152,8	229,5	288,9	18,4	16,5	17,2
25-29	94,5	158,6	191,3	11,4	11,4	11,3
30-39	123,8	240,0	277,3	14,9	17,3	16,4
40-49	85,6	180,4	223,7	10,3	13,0	13,3
50-59	53,4	110,2	144,3	6,4	8,0	8,5
60-69	27,8	60,5	73,6	3,3	4,3	4,4
70 e mais	10,7	25,4	30,7	1,3	1,8	1,8
Total	832,2	1.390,4	1.687,8	100,0	100,0	100,0
III. Homens e Mulheres						
10-14	511,2	550,4	{1.672,2	9,0	7,7	{20,0
15-19	904,2	1.088,9		15,9	15,4	
20-24	861,8	1.026,5	1.327,4	15,1	14,4	15,8
25-29	715,0	794,5	1.003,7	12,6	11,2	12,0
30-39	1.101,5	1.377,7	1.576,7	19,3	19,4	18,9
40-49	777,6	1.077,9	1.260,8	13,7	15,1	15,1
50-59	480,1	660,0	871,9	8,4	9,3	10,4
60-69	250,8	374,2	460,4	4,4	5,3	5,5
70 e mais	89,4	154,7	189,5	1,6	2,2	2,3
Total	5.691,6	7.104,8	8.361,7	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados originais: F. IBKE — Censos Demográficos.

(*) — Estimativa feita com base em taxas específicas de atividades supostas (sôbre as suposições adotadas, ver têtto).

de desemprego no setor não agrícola que girou em torno de uns 5% (cinco por cento) de força-de-trabalho⁽¹⁶⁾.

Ora, essa é uma percentagem muito baixa, mesmo se comparada à prevalente em áreas ou regiões mais desenvolvidas do País ou do Exterior. Há, contudo, uma série de razões que ajudam a explicar índice tão reduzido para o Nordeste. Entre estas, talvez como explicação dominante, esteja a flexibilidade do setor terciário em absorver mão-de-obra em condições de sub-utilização, o que proporciona escapar à aferição estatística e real ociosidade da força-de-trabalho regional.

Proceder-se-á, em seguida, uma estimativa da extensão do desemprego e sub-emprêgo regionais com base em metodologia desenvolvida em recente estudo de Salm e O'Brien ao tratarem do mesmo problema a nível de País como um todo⁽¹⁷⁾.

Conjugam-se estimativas sobre:

a) *desemprego aberto*, representado pela relação entre o número de pessoas que não estavam trabalhando (conforme já exposto) e a força-de-trabalho total ligada às atividades não agrícolas⁽¹⁸⁾;

b) *subemprêgo visível*, constituído por trabalhadores em regime de tempo parcial (menos de 40 horas por semana) que prefeririam trabalhar tempo integral, mais aqueles que nor-

malmente trabalham em regime de tempo integral, mas que se achavam, durante a semana de referência, ocupados em tempo parcial por "motivos econômicos", tomados em termos relativos ao total da força-de-trabalho não-agrícola⁽¹⁹⁾;

c) *desemprego disfarçado*, representado por empregadores e trabalhadores por conta própria classificados no intervalo de mais baixa renda (menos de Cr\$ 50,00 mensais) dentre os considerados na PNDA. A fim de evitar dupla contagem, deduziu-se do total a parcela atinente a empregadores ou trabalhadores autônomos que já fôra incluída na alínea anterior, isto é, a parcela representada pelos que se achavam ocasionalmente em regime de tempo parcial por "motivo econômico" e os que estando em regime de tempo parcial, preferiam trabalhar tempo integral.

Conforme se pode verificar na tabela 8, monta a aproximadamente um quarto da respectiva força-de-trabalho o número de pessoas ligadas ao setor não-agrícola que se apresentaram em condições de subemprêgo e de desemprego aberto ou disfarçado.

Evidentemente que essa relação significa uma ordem de grandeza e não pode ser tomada com excessivo rigor. Reconhecem-se, como o fizeram os autores do documento utilizado como

(16) Na Pesquisa PNAD a força-de-trabalho se refere ao limite mínimo de 14 anos de idade.

(17) F. S. O'Brien e C. L. Salm, "Desemprego e Subemprêgo no Brasil", *Revista Brasileira de Economia*.

(18) Convém notar que só a partir do 1º trimestre de 1969 a PNAD passou a considerar em classificação à parte informações sobre pessoas desocupadas que nunca haviam trabalhado. Até então, isto é, nos dois últimos trimestres de 1968, considerava-se segundo cada setor de atividade a categoria de "pessoas desocupadas sem informação". Julgou-se prudente lançar à conta das atividades não-agrícolas todo o peso do desemprego aberto representando por essas pessoas à procura do primeiro emprêgo. Isto não violenta a lógica em face de as atividades agrícolas incorporarem as pessoas recém-ingressas independentemente de considerações com essas... Como reforço à lógica da citada inclusão, observou-se que as pessoas desocupadas e classificadas "sem informação" eram, nos resultados PNAD atinentes aos dois últimos trimestres de 1968, em sua quase totalidade ligadas às atividades não-agrícolas.

(19) "Motivo econômico", segundo O'Brien e Salm, *op. cit.*, parece um eufemismo na conceituação da PNAD para significar falta de emprêgo.

fonte metodológica, ⁽²⁰⁾ restrições e limitações várias que afetam os resultados obtidos. Por exemplo, ao somar *pe* dos obtidos. Por exemplo, ao somar *pe* *subempregadas e desempregadas*, superestima-se o *tempo de trabalho perdido*: mede-se apenas o total das pessoas. O critério de classificar na condição de *desempregados disfarçados* os empregadores e trabalhadores autônomos que ganhavam menos de Cr\$ 50,00 por mês talvez implique, no caso nordestino, em certa superestimação dessa rubrica: o fato de a Região apresentar, em relação à parte mais desenvolvida do País, economia menos monetizada e níveis salariais mais baixos se alinha entre as principais razões que justificam esse receio.

Mas, apesar dessas deficiências, o índice aqui obtido parece mais coerente para expressar a realidade nordestina do que a simples consideração da taxa atinente ao desemprego aberto. Considerando que a força-de-trabalho ligada a atividades não-agrícolas da Região, ascendeu, segundo o Censo de 1970 a uns 3,2 milhões de pessoas, significa admitir a presença nas cidades da Região de um contingente, em números redondos, da ordem de 800 mil a 1 milhão de pessoas vivendo em condições de subutilização de sua capacidade produtiva. Tão somente com o fim de situar a magnitude dessa estimativa, note-se que a mesma não difere substancialmente do total atinente ao ano mais recente (1966) nas estimativas feitas por L. Guimarães visando a aferir o mesmo fenômeno.⁽²¹⁾

⁽²⁰⁾ F. S. O'Brien e C. L. Salm, *op. cit.*

⁽²¹⁾ Leonardo Guimarães, "Notas sobre o Subemprego Urbano no Nordeste", *Boletim Econômico — SUDENE*, out/dez 1966, ano II, nº 3, págs. 129/152.

⁽²²⁾ Deve-se ressaltar que essas observações se baseiam nos resultados da PNAD. Na versão anterior deste trabalho, cujas estimativas sobre a PEA de 1970 se basearam no mencionado levantamento atingiram-se, para o período 1960/70, incremento na força-de-trabalho feminina de 10,5% a.a. e na masculina de 2,9% a.a. É possível, assim, que se apresentem bastante distorcidas as proporções segundo os sexos da PEA não-agrícola classificada em condições de sub-emprego.

Infelizmente, os dados disponíveis não permitem descer, para todas as situações classificadas na tabela 8, ao seu detalhamento segundo sexo, estrutura etária e setores específicos das atividades não-agrícolas. Não obstante, apresentam-se na tabela 9 algumas estimativas tornadas possíveis a partir das pesquisas PNAD. Referem-se à força-de-trabalho não-agrícola *visivelmente subempregadas* distribuída segundo sexos e intervalos de idades. É provável que tais resultados constituam uma amostra bem representativa do problema no seu todo.

Pode-se observar, inicialmente, a elevada proporção — dois para um — de indivíduos do sexo feminino em relação a indivíduos do sexo masculino classificados nessa situação de emprego. A parcela feminina representa cerca de duas terças partes do contingente total classificado em condições de subemprego visível.⁽²²⁾

A nível de estrutura etária, os dados indicam que há uma concentração do contingente feminino relativamente ao masculino em classes de idades mais produtivas.

Como se pode notar, cerca de uma quarta parte da mão-de-obra masculina *visivelmente subempregada* se relaciona com pessoas incluídas no grupo etário mais jovem considerado: 14-19 anos. A partir daí, vão decrescendo os percentuais, mormente se se considerar que após os 25 anos a classificação se dá segundo intervalos decenais ao invés de intervalos etários quinquenais. Ademais, nos grupos entre 25

TABELA 8

NORDESTE

DESEMPRÊGO ABERTO, SUBEMPRÊGO VISÍVEL E DESEMPRÊGO DISFARÇADO
NO SETOR NÃO-AGRÍCOLA (*)(Em % s/a Fôrça-de-Trabalho não-Agrícola)
1968/1970

Período de Referência	Desemprego Aberto	Subemprego Visível	Desemprego Disfarçado	Total
1968				
— 3.º Trimestre	5,4	12,6	8,6	26,6
— 4.º Trimestre	4,4	12,1	8,9	25,4
1969				
— 1.º Trimestre	4,6	12,3	8,9	25,8
— 2.º Trimestre	4,5	12,6	8,1	25,2
— 3.º Trimestre	4,0	11,8	7,6	23,4
— 4.º Trimestre	3,8	12,5	6,5	22,8
1970				
— 1.º Trimestre	4,1	11,2	7,0	22,3
Média Sete Trimestres	4,4	12,1	8,0	24,5

Fonte dos dados originais: F. IBGE — PNAD (Docs. GEPD — n.ºs 12, 23, 27, 34, 39, 44 e 47.

(*) Compreende as seguintes atividades: Extração (Mineral e Vegetal), Caça e Pesca, Indústrias de Transformação, Construção e Serviços, Industriais de Utilidade Pública, Comércio de Mercadorias, Prestação de Serviços, Transportes e Comunicações, Serviços Sociais e Profissões liberais, Outras. Notar ainda que a fôrça-de-Trabalho da pesquisa PNAD exclui as pessoas com menos de 14 anos de idade.

a 54 anos de idade é que se verificam as relações de masculinidade mais baixas dentre tôdas que foram calculadas, denotando, com relação a êsses intervalos, a disponibilidade relativamente maior da fôrça-de-trabalho feminina que se faz ociosa.

Por sua vez, se considerada a parcela da fôrça-de-trabalho classificada em condições de desemprego disfarçado, os dados da tabela 10 permitem visualizar a sua grande concentração em atividades terciárias, notadamente no setor da prestação de serviços. Se forem excluídas as atividades extrativas e de caça e pesca, o setor da prestação de serviços passa a concentrar isoladamente cerca de metade da fôrça-de-trabalho urbano classificada em situação de desemprego disfarçado.

As duas outras importantes parcelas estariam alocadas no setor da indústria de transformação e no setor do comércio de mercadorias. Dentro da conceituação adotada para a obtenção do índice de desemprego disfarçado, isso estaria refletindo tanto as atividades dos pequenos empregadores e trabalhadores autônomos que mais propriamente se classificariam no rol das atividades artesanais, como também as dos pequenos negociantes por conta própria, não raro dedicados às atividades do comércio ambulante.

Quanto ao desemprego no setor agrícola, trata-se de assunto sujeito a controvérsias ainda maiores e, possivelmente, até mesmo a maiores distorções em termos dos indicadores que foram adotados.

TABELA 9
NORDESTE
FÔRÇA-DE-TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA CLASSIFICADA EM CONDIÇÕES DE
SUB-EMPREGO VISÍVEL (*) SEGUNDO SEXOS E GRUPOS ETÁRIOS

Grupos Etários	Distribuição Percentual			IV = (II/I).100
	Homens (I)	Mulheres (II)	Ambos (III)	
14 — 19	26,3	17,6	20,6	130
20 — 24	14,1	13,7	13,9	190
25 — 34	22,1	26,9	25,2	240
35 — 44	17,8	22,0	20,5	240
45 — 54	9,5	12,2	11,3	250
55 — 64	6,7	5,0	5,6	140
65 e mais	3,5	2,6	2,9	140
Total	100,0	100,0	100,0	190

Fonte dos dados originais: F. IBGE — PNAD (Docs. GEPD n.ºs 12, 23, 27, 34, 39, 44 e 47).

Nota: (*) Em condições de subemprego visível consideram-se as pessoas que trabalhavam menos de 40 horas por semana mas que prefeririam trabalhar tempo integral, menos aquelas que normalmente trabalham em tempo integral mas que se achavam durante as semanas de referência da pesquisa PNAD ocupados em tempo parcial por "motivo econômico". (Vide texto). Os dados da Tabela, se referem à média de sete trimestres de observação da Pesquisa PNAD (3.º trimestre de 1968 ao 1.º trimestre de 1970).

TABELA 10
NORDESTE
FÔRÇA DE TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA CLASSIFICADA EM CONDIÇÕES DE DE-
SEMPREGO DISFARÇADO SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
(Em % s/total)

Discriminação	Tôdas as Atividades	Exclusive Atividades Extrativas
Indústrias Extrativas	28,8	—
— Vegetal	24,1	—
— Mineral	0,6	—
— Caça e Pesca	4,1	—
Indústrias de Transformação	22,6	31,8
Construção Civil	0,0	0,0
Atividades Terciárias	48,6	68,2
— Comércio de Mercadorias	8,0	50,9
— Prestação de Serviços	36,3	11,2
— Outras	4,3	6,1
Total	100,0	100,0

Fonte dos dados originais: F. IBGE — PNAD (Docs. GEPD n.ºs 12, 23, 27, 34, 39, 44 e 47)

Com base nas informações PNAD, apresentam-se as estimativas constantes da tabela 11 que detalham, segundo os sexos, os índices representativos do desemprego aberto e do subemprego visível. No total, estimou-se que

quase dez por cento da força-de-trabalho regional dedicada às atividades agrícolas são constituídas por pessoas que estão trabalhando ocasionalmente em regime parcial por "motivo econômico"⁽²³⁾ ou se acham empregados em

(23) Com a conotação a que se refere a nota de pé-de-página n.º 20.

TABELA 11
NORDESTE
DESEMPRÊGO ABERTO E SUB-EMPREGO VISÍVEL NO SETOR AGRÍCOLA — 1968/1970
 (Em % da Fôrça-de-Trabalho)

Períodos (Trimestres)	Desemprego Aberto (I)			Sub-Emprego Visível (II)			Total (III = II + I)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
3.º Trimestre/1968	0,4	0,4	0,4
4.º Trimestre/1968	0,3	0,3	0,3
1.º Trimestre/1969	0,3	0,4	0,3	4,6	22,2	8,8	4,9	22,6	9,1
2.º Trimestre/1969	0,3	0,4	0,5	3,2	20,7	8,0	3,5	21,1	8,5
3.º Trimestre/1969	0,4	0,4	0,5	3,9	23,7	9,3	4,3	24,1	9,8
4.º Trimestre/1969	0,3	0,4	0,4	3,8	23,4	8,7	4,1	23,8	9,1
1.º Trimestre/1970	0,4	0,2	0,5	3,5	23,2	8,6	3,9	23,4	9,1

regime de tempo parcial embora preferiram exercer sua atividade em regime de tempo integral.

As taxas indicam que o desemprego rural sob forma declarada é, praticamente, inexistente. Não se verificam sequer significativas variações que pareçam denotar estacionalidade do índice ao longo do período de sete trimestres que foi considerado.⁽²⁴⁾

Quanto às taxas da força-de-trabalho visivelmente subempregada, é notável a proporção atinente à parcela feminina desse contingente. Como se pode observar, menos de 5% da mão-de-obra agrícola masculina estaria classificada nessa situação, enquanto que, no tocante à feminina, essa relação atingiria a quase uma quarta parte do correspondente efetivo.

A propósito das estimativas de emprego para o setor agrícola, menciona-se que O'Brien, & Salm, com base apenas nos dados do trimestre de 1968 (PNAD), chegaram a que quase 18% da mão-de-obra agrícola trabalhavam menos de 35 horas semanais e que isso poderia dar uma idéia da subutilização do trabalho no setor agrícola.⁽²⁵⁾ Em face de o PNAD haver passado, a partir do 1º trimestre de 1969, a suprir informações mais detalhadas acerca dos motivos e razões do tempo parcial de trabalho, essa taxa evidenciou-se superestimada para refletir o fenômeno.⁽²⁶⁾

Adverte-se, porém, quanto à possibilidade de haver uma subestimação no total da força-de-trabalho agrícola total ou parcialmente afetada por problemas de emprego em vista de não haver sido possível descer à categoria do *desemprego disfarçado*. Isto se deveu à falta de informações na pesquisa PNAD acerca de empregadores e trabalhadores autônomos classificados segundo os respectivos níveis de remuneração. Possivelmente, a existência de um grande volume de remunerações em produto dificulta esse tipo de levantamento para o setor agrícola e a inclusão apenas da parcela referente a transações em dinheiro subestima a remuneração auferida, do que decorreria grande distorção para mais do número de pessoas classificáveis em situação de desemprego agrícola disfarçado.

Finalmente, cabe mencionar estimativas referidas pela SUDENE no seu Plano de Desenvolvimento Regional, que utilizando modulações estabelecidas pelo IBRA para as diversas zonas fisiográficas do Nordeste admitem "... um excedente de 1.202.500 famílias agrícolas, ou seja, o equivalente a um subemprego de 2.645.500 pessoas, quando se considera uma disponibilidade de 2,2 unidades de trabalho por família".⁽²⁷⁾

Essa estimativa simplesmente implica em admitir que quase metade de toda a força-de-trabalho regional li-

(24) Esta foi uma das possibilidades levantadas por O'Brien & Salm, *op. cit.*, pág. 113 para explicar o reduzido índice atinente ao 3º trimestre de 1968. Menciona-se que esse trimestre foi o único para o qual estavam disponíveis as informações do PNAD à época em que os citados autores realizaram seu estudo. Acerca do desemprego estacional, permanece, contudo, a outra possibilidade levantada pelos referidos autores, isto é, a de estes desempregados estarem fora da força-de-trabalho por definição, por não procurarem trabalho nas épocas de menor atividade, sabendo que não há emprego disponível.

(25) O'Brien & Salm, *op. cit.*, quadro 6, pág. 113.

(26) Diga-se de passagem que os próprios autores reconhecem essa possibilidade, fazendo competentes e apropriadas ressalvas e qualificações acerca da precariedade do referido indicador.

(27) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, *Plano de Desenvolvimento Regional (1972-1974)*. Primeiro Anteprojeto, vol. I, março 1971, págs. 63/64.

gada às atividades agrícolas é redundante, isto é, pode ser retirada sem que se reduza a produção agrícola da Região.

É possível que além de toda uma série de limitações relacionadas com a qualidade das informações disponíveis, divergências tão acentuadas entre essa e as estimativas obtidas com base nas pesquisas PNDA decorram fundamentalmente de diferenças conceituais: cada uma delas estaria se referindo a facetas diferentes do problema. No caso da estimativa referida pela SUDENE, no total calculado possivelmente estariam implícitos elementos de mensuração do subemprego em termos relativos às possibilidades de modernização, reorganização, mecanização, enfim de alguma melhoria no nível tecnológico da agricultura regional. Quanto à estimativa baseada nos dados da PNAD, estaria refletindo o número de pessoas afetadas por problemas de emprego levando em conta condições "ceteris paribus" com relação aos demais fatores inerentes à tecnologia agrícola do Nordeste.⁽²⁸⁾

Essa explicação é uma suposição. Afigura-se, entretanto, bastante lógica ao se levar em conta ser pouco admissível que se encontre um contingente tão elevado de "excedentes" quando estes têm à mão a alternativa de migrar para os quadros urbanos.

De qualquer modo, as várias medidas da força-de-trabalho afetada por problemas de emprego deverão ficar presentes como pontos de referência sobre as possibilidades de absorção de mão-de-obra pelos vários setores da economia nordestina.

Oferta Adicional de Mão-de-Obra na Década 1970/80

A dimensão de força-de-trabalho depende de uma dupla ordem de fatô-

res. Por um lado, é função do volume da população e da sua estrutura etária e por sexo, os quais, por sua vez, são produtos do movimento demográfico: nascimentos, óbitos, migrações. Por outro, é função de fatores econômicos e sociais que tendem a prolongar ou reduzir a vida ativa de uma população: características e mudanças da estrutura econômica e social do País ou Região, extensão e prolongamento da escolarização, redução relativa da população rural e tendências assumidas pela urbanização, legislação social e trabalhista, progresso técnico, organização do mercado de mão-de-obra etc. . . O balanço líquido dessas tendências se reflete nas taxas específicas de atividade da população.

No que tange ao sexo masculino essas taxas apresentaram uniformidades generalizadamente reconhecidas ao se fazerem comparações entre países ou áreas que até mesmo apresentam diferenças marcantes em termos de níveis econômicos e condições sociais ou ambientais. Assim, as taxas atinentes aos intervalos etários da população masculina entre os 20 e os 60 a 65 anos de idade se caracterizam por um comportamento bastante uniforme no tempo e no espaço. Apenas no caso das intervalos de idades marginais a essa faixa etária de produtividade plena, isto é, no caso de pessoas com menos de 20 anos e mais de 60 ou de 65 anos, é que as condições particulares de cada País ou Região e suas respectivas variações ao longo do tempo podem se traduzir em graus de participação algo distintos (ver, a propósito, tabela em Apêndice).

Com vistas a dimensionar a oferta de mão-de-obra masculina em 1980 e atentando às várias considerações e razões já apresentadas idealizou-se que,

(28) Sobre os principais problemas conceituais e discussões teóricas acerca de desemprego e subemprego, vide F. S. O'Brien & C. L. Salm, *op. cit.*, notadamente o item 2, *Revisão Bibliográfica*, págs., 93 a 107.

ao final da década, as taxas de atividade desse contingente da população não virão a divergir muito:

a) das médias nordestinas atinentes a 1950 e a 1960 quanto às taxas dos diversos grupos etários incluídos na faixa de 20 a 60 anos de idade;

b) das taxas prevalentes em 1960 a nível do Brasil como um todo para os demais intervalos de idades consideradas.

Suposição idêntica se formulou quanto aos grupos etários muito jovens ou muito velhos do contingente feminino. Em vista da maior participação que passaram a ter as mulheres nas atividades econômicas do Nordeste após 1950, preferiu-se adotar para os grupos etários da faixa mais produtiva as mesmas taxas verificadas em 1960. Contudo, dada a vagüidade quanto aos padrões da oferta-de-trabalho feminino, adverte-se desde já sobre o maior risco em que se incorre ao se fazerem tais projeções.⁽²⁹⁾

No sentido de quantificar a força-de-trabalho com que contará a Região em 1980, aplicaram-se as taxas de atividade supostas sobre a população presente projetada para o referido ano. Dita projeção que, em números absolutos, foi submetida após a recente divulgação do Censo a um ligeiro reajustamento em termos de um crescimento anual entre 2,7% e 2,9% a partir dos dados censitários de 1970 — se baseia na estrutura relativa atinente à combinação 2.2 constante do estudo que trata das perspectivas de crescimento demográfico nordestino segundo sexos e idades.⁽³⁰⁾ Segundo a referida combinação, a evolução demográfica nordestina seguirá na década dos setenta padrões representados por

fecundidade e mortalidade medianamente decrescentes.

Na tabela 12 se apresentam em números absolutos os efetivos da população presente no Nordeste estimados para 1980, assim como as respectivas taxas de atividade. Como se pode observar, resulta das estimativas que pouco mais da metade (51%) da população masculina presente se incluirá na força-de-trabalho. A proporção atingirá a 12% com relação ao contingente feminino e a quase uma terça parte (31%) considerados ambos os sexos.

Ao final da década dos setenta a força-de-trabalho regional poderá totalizar 11,7 milhões de pessoas, o que vem a representar um incremento aritmético total de 40%, ou, em números absolutos, cerca de 3,4 milhões de pessoas (Tabela 13).

Se foi acrescido a este último número o total de pessoas afetadas em 1970 por problemas de emprego, poder-se-á fixar entre 4,5 a 5,0 milhões a demanda por empregos produtivos e efetivos que se consubstanciará na Região até o final de década em curso.

A tabela 14 apresenta a hipótese quanto a oferta adicional efetiva de mão-de-obra segundo amplos setores da atividade econômica, isto é, atividades agrícolas e não-agrícolas. Admitiu-se que as modificações a surgirem nas taxas de participação desses dois amplos contingentes da população serão proporcionais aos efetivos rurais e urbano que estarão presentes na Região.

É esta uma outra suposição "heróica" pois, como se sabe, o fluxo migratório campo-cidade apresenta aspectos qualitativos que podem contribuir fun-

⁽²⁹⁾ Como assinala Juan C. Elizaga, *Poblacion Económicamente Activa*, CELADE, Santiago do Chile, janeiro 1969, série A, nº 13, "... não se conhecem métodos adequados para se construir tabelas sobre vida ativa da população feminina".

⁽³⁰⁾ Hélio A. de Moura, *Perspectivas de Crescimento Demográfico do Nordeste até 1980* BNB—ETENE, mimeo, ed. preliminar e restrita.

TABELA 12
NORDESTE
POPULAÇÃO NATURAL PRESENTE PROJETADA SEGUNDO SEXOS E
IDADES E TAXAS DE ATIVIDADE SUPOSTAS — 1980

Grupos Etários	Homens	Mulheres	Homens e Mulheres
I. População Natural Presente (Milhares)			
Menos de 5 anos	3.254,0	3.181,1	6.435,1
5 — 9	2.687,3	2.673,7	5.361,0
10 — 14	2.303,4	2.322,4	4.625,8
15 — 19	1.974,3	2.029,6	4.003,9
20 — 24	1.608,7	1.736,9	3.345,6
25 — 29	1.334,5	1.502,7	2.837,2
30 — 39	1.901,2	2.127,2	4.028,4
40 — 49	1.339,4	1.658,8	3.048,2
50 — 59	968,9	1.229,5	2.198,4
60 e mais	859,2	1.053,8	1.913,0
Total	18.280,9	19.515,8	37.796,7
II. Taxas de Atividade (%)			
10 — 14	23,0	7,1	15,0
15 — 19	72,4	23,4	47,6
20 — 24	92,3	21,7	55,6
25 — 29	95,6	19,3	55,2
30 — 39	96,7	17,9	55,1
40 — 49	96,2	19,7	54,6
50 — 59	93,8	18,8	51,9
60 e mais	67,5	10,0	35,8
T.G.A.	51,3	12,0	31,0

damentalmente para alterar tais proporções em períodos relativamente curtos. Mesmo assim, foi a única que pôde ser formulada e, segundo ela, a oferta adicional de mão-de-obra atingiria 2,2 milhões de pessoas nas atividades não-agrícolas e pouco mais de 1 milhão de pessoas nas atividades agrícolas. Considerando as estimativas atinentes às parcelas agrícolas e não-agrícolas da força-de-trabalho que foram incluídas em condições de desemprego e subemprego, menciona-se a título de ordem de grandeza, os totais de 1,6 a 3,0 milhões como representativos da demanda adicional de empregos ao final dos anos setenta nas

atividades agrícolas e não-agrícolas, respectivamente.

Essa distribuição da oferta adicional de mão-de-obra e da demanda por empregos segundo amplos setores de atividade econômica fundamenta-se implícitamente, na admissão de prevalência durante a década 1970/80 de condições "ceteris paribus" com relação ao processo de produção agrícola. Segundo ela, em 1980, ainda 53% da força-de-trabalho regionais estariam ligados ao setor primário.

Com vista a formar uma idéia acerca das magnitudes envolvidas nessa

TABELA 13
NORDESTE
FÔRÇA-DE-TRABALHO SEGUNDO SEXOS E GRUPOS ETÁRIOS — 1970/1980

Grupos Etários	Fôrça-de-Trabalho (Mil pessoas)		Oferta Adicional de Mão-de-Obra 1970/80		
	1970	1980	Milhares de Pessoas	% sôbre Total	1970=100
I. Homens					
10 — 14	{1.214,1	529,8	{745,1	{27,5	{161
15 — 19		1.429,4			
20 — 24	1.038,5	1.484,9	446,4	16,5	143
25 — 29	812,4	1.275,8	463,4	17,1	157
30 — 39	1.299,4	1.838,5	539,1	19,9	141
40 — 49	1.037,1	1.336,6	299,5	11,0	129
50 — 59	726,7	908,8	182,1	6,7	125
60 e mais	545,6	580,0	34,4	1,3	106
Total	6.673,9	9.383,7	2.710,0	100,0	141
II. Mulheres					
10 — 14	{458,2	164,9	{181,6	{27,3	{140
15 — 19		474,9			
20 — 24	288,9	376,9	88,0	13,3	130
25 — 29	191,3	290,0	98,7	14,9	152
30 — 39	277,3	380,8	130,5	15,6	137
40 — 49	223,7	326,8	103,1	15,6	146
50 — 59	144,3	231,1	86,8	13,1	160
60 e mais	104,3	105,4	1,1	0,2	101
Total	1.687,8	2.350,8	662,8	100,0	139
III. Homens e Mulheres					
10 — 14	{1.672,2	694,7	{926,7	{27,5	{155
15 — 19		1.904,3			
20 — 24	1.327,4	1.861,8	534,4	15,8	136
25 — 29	1.003,7	1.565,8	562,1	16,7	156
30 — 39	1.576,7	2.219,3	642,6	19,1	141
40 — 49	1.260,8	1.663,3	402,6	11,9	132
50 — 59	871,9	1.140,0	268,9	8,0	131
60 e mais	649,9	685,3	35,5	1,0	105
Total	8.361,7	11.734,5	3.372,8	100,0	140

suposição, formulou-se uma hipótese alternativa a de que ao longo da década viesse a ocorrer um processo de modernização e reorganização da economia agrícola regional de tal ordem que, em 1980, a proporção da força-de-trabalho regional dedicada a lides agrícolas caísse para 33% da oferta regional de mão-de-obra. Esta é a proporção que prevaleceu em 1960 no Japão (vide Tabela 5), país de agricultura moderna mas geralmente aceita como bastante intensiva quanto a utilização de mão-de-obra, pelo menos àquela data. Tal proporção também corresponde à que prevaleceria em

1970 se da atual força-de-trabalho agrícola fossem retiradas cerca de 2,4 milhões de trabalhadores, ou seja, um número bastante aproximado daquele já comentado para as estimativas da SUDENE acêrca do sub-emprêgo potencial prevalecente nas zonas rurais do Nordeste.

Atingir a referida proporção em 1980 implica em reduzir até lá de cerca de 1,2 milhões de pessoas a atual força-de-trabalho agrícola. Significa, em outras palavras, absorver em condições de pleno emprêgo agrícola metade do subemprêgo potencial estimado pela SUDENE e na ausência de

TABELA 14
ESTIMATIVA DA OFERTA ADICIONAL DE MÃO-DE-OBRA SEGUNDO
SETORES DE ATIVIDADES
1970/1980
(Milhares de Pessoas)

Discriminação	1970	1980
I. — Atividades Não-Agrícolas		
— População Urbana (A)	11.758,3	19.049,6
— Fôrça-de-Trabalho (B)	3.203,9	5.452,2
— % (B/A)	27,2	28,6
— Incremento na Fôrça-de-Trabalho Milhares de Pessoas		2.248,3
— Taxa (% a.a.)		5,4
II. — Atividades Agrícolas		
— População Rural (A)	16.377,3	18.747,2
— Fôrça-de-Trabalho (B)	5.157,8	6.283,3
— % (B/A)	31,5	33,5
— Incremento na Fôrça-de-Trabalho Milhares de Pessoas		1.125,5
— Taxa (% a.a.)		2,0
III. — Tôdas as Atividades		
— População Total (A)	28.135,6	37.796,8
— Fôrça-de-Trabalho (B)	8.361,7	11.734,5
— % (B/A)	29,7	31,0
— Incremento na Fôrça-de-Trabalho Milhares de Pessoas		3.372,8
— Taxa (% a.a.)		3,4

uma intensificação geral nas migrações interregionais espontâneas ou dirigidas, transferir para o setor urbano regional a outra metade desse subemprego mais o crescimento vegetativo a que se chegou para a força-de-trabalho agrícola durante a década (1,1 milhão de pessoas). Em consequência desse aporte ao incremento absoluto anteriormente admitido para a força-de-trabalho urbano, esta, de 3,2 milhões de pessoas em 1970, se elevaria para mais de 7,5 milhões de pessoas em 1980, o que representaria mais do que duplicar o seu efetivo em dez anos.

É evidente que modificações desse tipo e dessa ordem na estrutura rural-urbana da população e da força-de-trabalho ensejam, por si sós, alterações na própria magnitude desses agregados e no padrão de evolução das variáveis estratégias que os determinam.

Tais modificações, entretanto, não invalidam o exercício que se pretendeu desenvolver com o objetivo de estabelecer os marcos de referência que devem ser considerados com vistas ao conhecimento e avaliação das dimensões do problema de emprego que a Região enfrentará na década em curso.

APÊNDICE
TAXAS ESPECÍFICAS DE ATIVIDADE MASCULINA NO BRASIL E EM DIFERENTES PAÍSES
 (Em %)

Regiões ou Países	Grupos Etários															65 e Mais
	14 — 20		25 — 35				35 — 45			45 — 55			55 — 65			
	15 — 20	14 — 20	20 — 25	25 — 30	30 — 35	25 — 35	35 — 40	40 — 45	35 — 45	45 — 50	50 — 55	45 — 55	55 — 60	60 — 65	55 — 65	
OUTRAS REGIÕES BRASILEIRAS (1970) PNAD (2) (4)																
Região I	...	46,2	85,7	96,3	94,4	84,1	64,4	38,0
Região II	...	70,9	92,8	97,9	97,1	92,8	72,7	31,6
Região III	...	81,0	94,4	98,6	96,6	92,9	79,6	54,0
Região IV	...	79,2	93,6	97,2	97,6	94,6	86,3	61,4
BRASIL																
1950 (1)	80,7	...	93,2	97,4	97,1	94,8	88,4	66,0
1960 (1)	72,4	...	92,3	97,2	96,9	94,0	83,2	59,1
1970 (2) (4)	...	74,2	93,1	97,7	97,0	92,9	80,5	52,8
OUTROS PAÍSES (5)																
1. Alemanha (1961)	81,5	...	91,4	96,4	98,4	...	97,8	97,1	...	96,1	93,8	...	88,7	...	72,5	33,2(6)
2. Austrália (1961)	72,7	...	90,2	96,9	98,4	...	97,5	97,0	...	96,2	93,9	...	87,0	...	66,0	20,3(6)
3. Austrália (1961)	69,6	...	94,9	98,2	98,6	...	98,5	98,0	...	97,5	96,0	...	92,7	...	79,6	40,1(6)
4. Bélgica (1961)	50,3	...	87,6	97,2	97,8	...	96,6	95,6	...	94,0	91,1	...	85,1	...	70,8	14,7(6)
5. Canadá (1961)	41,4	...	87,2	93,6	94,6	...	94,6	94,0	...	92,0	90,7	...	86,7	...	75,8	47,6(6)
6. Dinamarca (1961)	74,9	...	91,3	96,6	98,6	...	98,7	98,5	...	98,0	97,0	...	94,7	...	87,5	58,4(6)
7. Estados Unidos (1960)	43,2	...	84,6	93,9	95,8	...	95,8	95,4	...	94,4	92,2	...	87,7	...	77,6	43,8(6)
8. Finlândia (1960)	58,3	...	86,1	94,9	97,5	...	97,4	97,2	...	96,5	94,6	...	90,4	...	79,1	53,8(6)
9. Holanda (1960)	63,1	...	91,2	97,1	98,6	...	98,8	98,5	...	98,1	96,8	...	93,4	...	80,8	33,2(6)
10. Itália (1961)	70,6	...	87,5	95,8	96,8	...	96,3	95,7	...	94,0	92,6	...	84,2	...	56,9	38,4(6)
11. Japão (1960)	50,7	...	86,8	96,0	97,1	...	97,2	97,1	...	96,7	95,1	...	89,5	...	81,9	69,8(6)
12. Portugal	86,5	...	95,0	98,0	98,4	...	98,1	97,2	...	96,2	93,5	...	89,4	...	81,8	72,9(6)
13. Reino Unido	76,5	...	94,2	98,3	99,0	...	99,0	99,4	...	99,8	97,8	...	97,1	...	91,7	39,5(6)
14. Suécia	52,8	...	74,9	92,9	96,2	...	96,7	96,8	...	96,2	95,1	...	92,3	...	82,5	50,6(6)
15. Suíça	66,3	...	91,2	97,0	98,8	...	99,0	98,8	...	98,6	97,8	...	95,9	...	88,8	59,2(6)

Apêndice — Continuação

Regiões ou Países	Grupos Etários																65 e Mais
	14 — 20		25 — 35				35 — 45				45 — 55		55 — 65				
	15 — 20	14 — 20	20 — 25	25 — 30	30 — 35	25 — 35	35 — 40	40 — 45	35 — 45	45 — 50	50 — 55	45 — 55	55 — 60	60 — 65	55 — 65		
OUTROS PAÍSES (5) — cont.																	
16. Argentina (1947)	76,3	...	91,0	96,3	97,8	96,4	87,9	57,7	
17. Bolívia (1950)	78,9	...	94,5	98,1	98,3	97,3	94,4	78,8	
18. Colômbia (1951)	84,8	...	95,4	97,6	97,9	96,8	92,7	71,8	
19. Chile (1952)	72,2	...	93,3	97,1	97,2	93,7	88,2	70,2	
20. Equador (1950)	80,6	...	93,0	96,7	97,3	96,9	95,5	86,1	
21. Paraguai (1950)	82,7	...	96,6	98,3	98,3	97,9	95,9	76,5	
22. Venezuela (1950)	79,3	...	93,2	95,7	96,1	95,0	90,5	71,9	
23. Cuba (1953)	73,2	...	90,6	94,1	95,3	94,7	89,6	68,8	
24. Haiti (1950)	83,6	...	95,6	98,6	99,0	98,6	97,1	87,2	
25. Índia (1953/54)	74,5	...	93,5	97,5	97,1	94,3	85,7	51,6	
26. Turquia (1955)	88,0	...	96,1	98,0	98,6	98,3	95,3	86,7	
27. Egito (1957/58)	68,7	...	86,4	96,4	98,4	98,0	94,1	47,5	
28. Filipinas (1958)	82,3	...	91,0	96,6	97,4	96,9	89,4	56,3	
29. Tailândia (1956)	73,9	...	85,7	96,8	98,3	97,6	92,4	57,8	
30. Coreia (1955)	45,1	...	68,6	84,6	95,0	93,5	85,9	59,4	
PAÍSES INDUSTRIALIZADOS (7)	72,4	...	91,5	96,7	97,6	95,9	85,6	37,7	
PAÍSES SEMI-INDUSTRIALIZADOS (7)	70,3	...	91,5	96,2	97,1	95,9	88,9	61,0	
PAÍSES AGRÍCOLAS (7)	78,4	...	91,2	96,3	97,5	96,3	91,6	70,1	

NOTAS RELATIVAS AO APÊNDICE

- 1 Dados originais dos Censos Demográficos Brasileiros (IBGE)
- 2 Dados originais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE.
- 3 Hipótese formulada como média anual no período 1970/80 (vide texto).
- 4 Inclui apenas as informações atinentes às cinco regiões investigadas na PNAD, a saber: *Região I* — Estado do Rio de Janeiro e Guanabara; *Região II* — Estado de São Paulo; *Região III* — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; *Região IV* — Minas Gerais e Espírito Santo; *Região V* — Nordeste (Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia).
- 5 Dados originais (para os países de 1/15) da ONU, *Demographic Yearbook, 1964* N. York, referidos por M. Livi Bacci & F. Pilloton, *Popolazione e Forze di Lavoro Delle Regioni Italiane al 1981*, Giuffrè Editore, Roma, 1963, Tab. 28, pág. 99.
- 6 Refere-se apenas ao grupo etário de 65 a 69 anos.
- 7 Fonte dos dados originais: ONU, *Demographic Aspects of Manpower*, Sales n° 61. XIII. 4 referidos no trabalho do IPEA, *Aspectos Econômicos e Demográficos da Mão-de-Obra no Brasil (1940/1964)* Rio, Setembro/1969, mimeo., quadro I. 17, pág. 44. Os países foram classificados por graus de industrialização segundo a proporção de homens ativos no setor agrícola. Menos de 35% caracteriza nações "industrializadas"; entre 35% e 59%, nações "semi-industrializadas"; além dessa percentagem, agrícola.

SUMMARY

The regional labor force totaled around 8.4 million individuals in 1970, representing approximately 30% of the whole population. It was estimated that 47% of that number was constituted by individuals less than 30 years old.

Between 1950 and 1970 the population economically active of the Region has grown at an annual geometric rhythm of 1.9%, thus inferior to the growth of 2.3% per year, registered for the regional population in the same period. That recurrence, which attained 2.2% a year in the first half of that period, was reduced to 1.6% at the end of the sixties. Such deceleration was, in a major part, related to an identical phenomenon verified with the regional feminine labor, which increased at 5.3% in the period 1950/60 and decreased to 3.6% in the interval 1960/70. As to the masculine contingent, it increased* at 1.6% a year, during both the mentioned decades.

Observing the different rhythms of growth according to the sectors of activity, it is clearly shown the trend towards the decrease of the part of the population occupied in the primary activities, which fell from 73% in 1950 to 70% in 1960 and to 62% in 1970. As to the secondary sector, it was noticed that its participation as source of regional employment was 7% in 1950, 8% in 1960 and 11% in 1970. The tertiary sector absorbed labor in the proportion of 20%, 22% and 28% in each one of the mentioned periods.

The increase of northeastern labor linked to the last sector must be reflecting the well-known compensative effect that it exerts upon depressed labor markets of less developed countries or regions.

Compared with other occupational structures, the Northeast shows itself atypical, even when compared with those of countries which show, or showed a significant part of the population employed in the agriculture, or in the tertiary activities, allowing one to realize the disproportion as to the employment provided by the secondary sector or by the tertiary activities. In any way, the northeastern employment structures seem better related with structures which would have prevailed in Mexico in a year or years between 1940/1950 or with the one prevailing in Brazil, as a whole, around 1950.

It was estimated that from the 3.2 million individuals that composed the regional labor force related with non-agricultural activities in 1970, around one fourth would be suffering problems of open or disguised unemployment or open underemployment, maintaining those last two forms.

For the agricultural labor force, which totaled around 5.2 million individuals in the same year, the percentage found was near 10%. That rate was considered in function of the very low technological levels prevailing in the regional cattle raising and also included the seasonal unemployment implied in such activity.

Based on demographic projections, it was estimated that the regional labor supply will increase in around 3.4 million individuals during the seventies. If one adds to this number the total of workers already affected by the problems of unemployment and underemployment, the additional demand for effective jobs can be situated between 4.5 and 5.0 million jobs until 1980.

The various aspects which determine the location and distribution of the population taken into consideration show that the major pressure for jobs will be felt in the urban centers of the region.

As to give an idea of the rough numbers, the author mentions the totals of 1.6 and 3.0 million individuals as representing the additional demand for specific jobs in the agricultural and non-agricultural sectors of the regional economic activity.